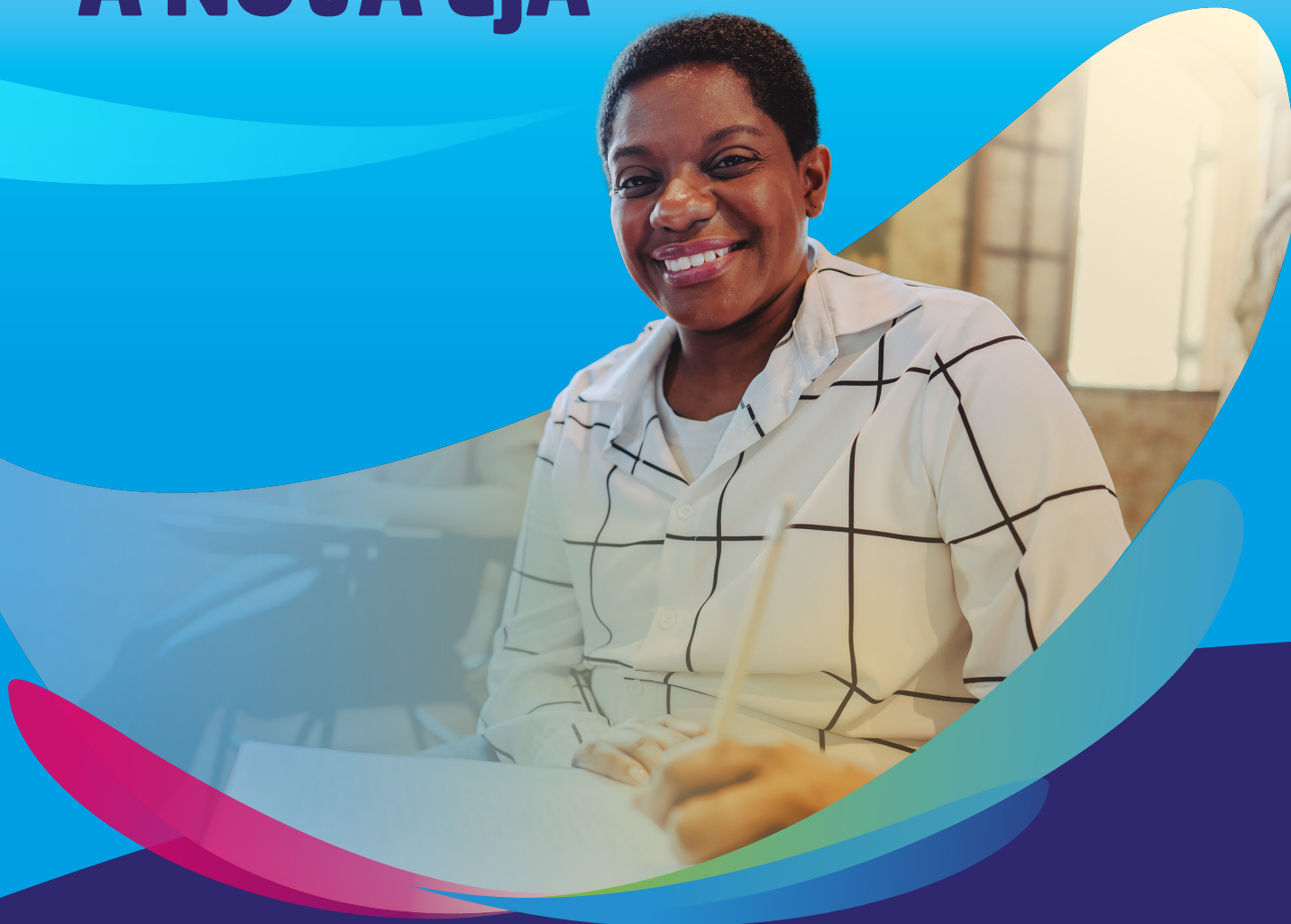


EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Material de Referência Pedagógica

DESVENDANDO A NOVA EJA





SUMÁRIO

A hora e a vez da Educação de Jovens e Adultos | **2**

O desafio da EJA: um país inteiro a escolarizar | **3**

Governo lança Pacto Nacional pela Alfabetização | **6**

PNLD terá nova edição voltada à EJA | **8**

Uma breve história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil | **10**

EJA profissionalizante vem crescendo no país | **12**

"A EJA é um lugar de excluídos e de exclusão, e precisa recuperar o sentido emancipatório da Educação" | **13**

A HORA E A VEZ DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Com um público diverso, heterogêneo e excluído, a EJA é um dos desafios mais complexos da Educação brasileira, e requer prioridade política e orçamentária

O tema não está na imprensa, não foi tratado na Base Nacional Comum Curricular, raramente surge entre as prioridades dos governos – em todos os níveis – e não traz muitos votos. Mas poucos exemplos são tão eloquentes para indicar o desenvolvimento social de um município, de um estado ou de um país e sua capacidade de produzir equidade: estamos falando da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Para que se tenha uma dimensão do tamanho desse desafio, no Brasil há mais pessoas que compõe o público potencial da EJA do que matrículas na escola regular. Segundo os dados mais recentes disponíveis, em agosto de 2024, 68 milhões de brasileiros com 18 anos ou mais não tinham a educação básica completa.

Se fosse considerado apenas esse contingente, ou seja, se o público elegível para a EJA formasse a população de uma nação, seria o 21º maior país do mundo, à frente da França e da Itália, por exemplo – e quase o dobro da Argentina.

Em 2024, este campo desafiador foi movimentado com duas boas notícias: de um lado, o Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) anunciou a publicação de um edital para novas coleções voltadas à formação de adultos no Ensino Fundamental, o que não ocorria desde 2014.

Além disso, foi lançado pelo Ministério da Educação o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos, destinando R\$ 4 bilhões para estimular as unidades federativas e municípios a implementar programas de superação de analfabetismo, elevação de escolaridade, ampliação de oferta, inclusive na modalidade integrada à educação profissional.

Este e-book busca apresentar os principais desafios da Educação de Jovens e Adultos e dar visibilidade para as políticas e ações que vêm sendo desenvolvidas – para que o país consiga superar uma dívida histórica que tem na EJA sua maior evidência. ■

O DESAFIO DA EJA: UM PAÍS INTEIRO A ESCOLARIZAR



Embora tenha 68 milhões de pessoas que não concluíram a educação básica, o número atual de alunos da EJA não chega a 3,5% desse total e está em queda. Por quê?

O desafio da Educação de Jovens e Adultos acompanha a evolução recente da Educação brasileira – mas não é uma história de sucesso. Ao contrário, a desestruturação da oferta e baixa procura alertaram os especialistas e os formuladores de políticas públicas.

Se nunca realmente fez frente ao enorme contingente que demanda, a oferta viveu uma queda vertiginosa nos últimos 10 anos. As matrículas na rede pública despencaram de 2,7 milhões de alunos, em 2010, para 2,389 milhões, em 2024. A diminuição foi mais acentuada no Ensino Médio, que foi de 1,22 milhão de alunos para cerca de 800 mil.

Para começar a mergulhar no universo da EJA, é preciso antes entender suas linhas mais amplas. A começar pelo fato de que a alfabetização é apenas o primeiro de seus desafios da restauração dos direitos educacionais dos brasileiros – e esse desafio já não é pequeno. O Brasil ainda sustenta índices altos de analfabetismo.

Contrariando uma tese difundida nos anos 1980 e 1990, o analfabetismo não se extinguiu pela inércia do sistema: por essa visão, na medida em que a escola básica universalizasse o atendimento, os adultos e idosos analfabetos tenderiam gradualmente a diminuir. Portanto, seria melhor concentrar os esforços nas crianças e jovens.

Esse princípio se mostrou equivocado pela própria natureza excludente da escola brasileira. Hoje, segundo os dados mais recentes, havia no Brasil 9,3 milhões de pessoas com 15 ou mais anos de idade não alfabetizadas, em 2023, o que representava 7% desse recorte populacional. O número, por si expressivo, esconde uma dimensão ainda mais grave, a composição do público. O Censo mostrou que, se consideradas apenas a população preta, o índice sobe a 10,1%.

AMPLIAR A ESCOLARIDADE

Mas, no mundo atual, saber ler e escrever é apenas um primeiro passo. Há ainda uma questão de critérios do que significa estar alfabetizado. A informação do IBGE se restringe a critérios que são mais suficientes, na visão dos especialistas, já que a leitura e a escrita no mundo contemporâneo exigem habilidades mais complexas do que ler e escrever o próprio nome ou frases simples.

Daí a importância do conceito de alfabetização funcional – que também tem diferentes definições. Para o IBGE, o critério é ter completado pelo menos 4 anos de estudo – e, por essa medida, 17% da população com mais de 15 anos não pode ser considerada alfabetizada. No campo, o analfabetismo funcional chega a 36% da população.

Portanto, o desenvolvimento social requer uma população escolarizada, o que implica em um número maior de anos de estudo. Por isso, a EJA precisa também dar conta de garantir a escolarização em nível de Ensino Fundamental – Anos Iniciais (primeiro segmento de EJA), Ensino Fundamental – Anos Finais (segundo segmento) e Ensino Médio.

O Brasil caminha a passos lentos nesse quesito. Atualmente, a escolaridade média da população com idade entre 18 e 29 anos é de 11,8 anos de estudo – cresceu apenas um ano na última década.

Quando se considera como parâmetro o Ensino Médio completo, o problema fica mais evidente. Segundo dados do IBGE, 41,5% dos brasileiros com idade entre 25 e 64 anos não concluíram o Ensino Médio – enquanto nos países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o índice é de 20,1%. O país não está atrás apenas em relação aos países mais ricos – mas também na América Latina, tem índices menores que Colômbia, Argentina e Chile.

Por trás da trajetória escolar da maioria dos brasileiros que não completou a educação básica há sempre uma história de exclusão. A pobreza e a discriminação, as dificuldades de aprendizagem que acarretam sucessivas reprovações, a necessidade de trabalhar ainda na adolescência, a gravidez precoce, as mudanças de cidade em busca de oportunidades, a sazonalidade da economia rural, as famílias desestruturadas, a ausência do poder público para assegurar direitos de todas as ordens – basta entrar em uma sala de Educação de Jovens e Adultos e todas essas histórias de vida podem ser contadas.

O viés discriminatório é evidente: 60% das pessoas com 18 anos ou mais que não concluíram a educação básica são negras. A associação com pobreza e marginalidade social também se mostra inequívoca: em 2023, 81% das pessoas privadas de liberdade não haviam concluído a educação básica.

Por isso, dizem os especialistas, o tema é inseparável do enfrentamento de questões sociais e políticas que acompanham a história brasileira. Assim como também se repetem programas e políticas que não dão conta da complexidade desse desafio, que passam por rever o currículo, a formação dos professores e as condições de oferta, entre outros fatores.

A EJA REJUVENESCE E DESAFIA EDUCADORES

A complexidade da EJA se expressa também pelas formas como seu público vem se transformando nos últimos anos. Há uma clara tendência de mudança de perfil, com a chegada de brasileiros cada vez mais jovens à EJA.

O alerta foi dado com mais vigor pelo Censo Escolar de 2022, que mostrou que cerca de metade dos alunos da EJA de Anos Finais e de Ensino Médio possuía menos de 25 anos de idade. Agravada pela pandemia, a tendência vinha sendo observada há pelo menos 5 anos. Pelo menos 230 mil alunos migraram do Ensino Regular para a EJA, em 2022, naquele ano.

Há pelo menos duas ordens de causas aventadas pelos pesquisadores. Do ponto de vista do interesse dos jovens, a retomada, em 2017, do ENCCEJA - exame de certificação de competências criado em 2002 que inspirou o ENEM - como uma certificação de escolaridade do Ensino Médio atraiu alunos que, por diversas razões, estavam em via de abandonar a última etapa da escolaridade e viram nessa possibilidade um atalho.

Soma-se a isso um efeito deletério da implementação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Para melhorar o indicador - tanto pela visibilidade pública como pelas regras de financiamento -, muitas redes de ensino passaram a estimular os alunos com atraso escolar a deixar a escola ainda no final do Ensino Fundamental ou no início do Ensino Médio para que não fizessem a Prova Brasil, derrubando as médias do estado ou do município.

Sempre é bom lembrar que o Ensino Médio reflete, em grande parte, o desencontro entre as expectativas da sociedade e o que a escola oferece. Hoje, apenas metade dos alunos termina essa etapa na idade adequada. Agora, na EJA, a situação não é diferente. Os educadores apontam um visível desencaixe de expectativas entre os jovens que chegam e a oferta educativa - alimentando também um choque geracional.



GOVERNO LANÇA PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO

Programa promete investir 4 bilhões na EJA em um programa por adesão baseado na colaboração entre os entes federativos

A Educação de Jovens e Adultos recebeu um impulso recente importante – com a chegada de uma nova política pública para essa modalidade. Trata-se do Pacto pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos, lançado em junho de 2024.

Assim como outras políticas federais, o Pacto também parte da lógica de adesão voluntária de outros entes federativos – já que constitucionalmente a educação básica é, prioritariamente, atribuição de estados e municípios. Com um orçamento da ordem de 4 bilhões, a nova política tem como objetivo a elevação da escolaridade, ampliar a oferta na EJA regular e na integrada à Educação Profissional.

Atualmente, 1008 municípios simplesmente não ofertam EJA, o que demonstra a baixa capilaridade da oferta. Além disso, têm sido frequentes as queixas de fechamento de turmas, redução de horários e de escolas, inclusive nos grandes municípios, como São Paulo.

Com esse desenho, o projeto busca reverter tendências graves que afetam a EJA – entre elas, a baixa prioridade nas políticas e nos orçamentos.

Segundo o estudo *Em busca de saídas para a crise das políticas públicas de EJA*, não se pode

fazer muito com os recursos destinados ao setor. Há queda expressiva na última década – se em 2012 foram destinados minguados 342 milhões de reais, em 2022 o valor não passou de 5,5 milhões. O gasto com EJA nunca representou mais do que 2% das despesas nacionais de educação, e chegou, em 2022, a apenas 0,04%.

Agora, o Pacto quer ampliar os gastos públicos com a EJA, estimulando a intersetorialidade (com a participação de pelo menos 6 ministérios) e o regime de colaboração, e organizando diversas iniciativas já em curso, como o Programa Brasil Alfabetizado e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Inclui ainda a EJA em um programa de bolsas concedidas aos concluintes, como o Pé de Meia EJA. Quer incluir, por fim, estudantes do sistema prisional.

O programa prevê o envio de recursos diretamente para escolas, no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE-EJA), uma demanda antiga dos educadores, já que o dinheiro frequentemente se perde na cadeia burocrática. Além disso, está prevista uma mudança no cálculo da EJA no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb): o valor mínimo por matrícula da EJA, que era de R\$ 4.252,45, passa a ser de R\$ 5.361,43.

Multiplicidade e diversidade

O Pacto traz também características que frequentemente surgem nos estudos da EJA – principalmente, o foco nos públicos mais vulneráveis, considerando regiões, renda, aspectos de gênero e étnico-raciais, a multiplicidade de estratégias, metodologias e recursos, e, o mais importante, o reconhecimento da complexa diversidade de públicos da EJA.

O esforço se completa com um plano de comunicação, com a realização de campanhas focadas em jovens, adultos e idosos para buscarem seus direitos educativos; e com a criação da medalha Paulo Freire, para as redes que se destacarem em ações para vencer o analfabetismo e qualificarem a EJA.

O processo de adesão terminou em agosto de 2024 e mostrou expressiva aceitação de estados e municípios: 86,9% dos entes federativos brasileiros aderiram, incluindo todas as Secretarias de Estado da Educação dos 27 estados e do Distrito Federal. A adesão foi de 99,1% no Nordeste – a mais alta –, enquanto chegou a 73% no Centro-Oeste.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EJA SEGUE EM ABERTO

Entre os muitos fatores que tornam a EJA complexa, um particularmente segue sem caminhos – e se insere em um dilema maior da educação brasileira: afinal, quem é o professor de EJA? Qual é a sua identidade profissional?

Tema raramente tratado nas licenciaturas e pedagogias, a Educação de Jovens e Adultos acaba em um vácuo de formação – afinal, alfabetizar crianças não é o mesmo que alfabetizar adultos, e os conteúdos de EJA não seguem, necessariamente, o currículo da educação básica.

Para enfrentar a questão, o Pacto pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos propõe intervenções em dois campos.

De um lado, será ofertada formação continuada presencial para professores, gestores escolares e educadores populares, nas universidades e institutos federais, bem como educação a distância para 10 mil estudantes das licenciaturas, através da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Por outro, o governo oferecerá bolsas para 60 mil educadores populares, estimulando a mobilização de movimentos e organizações sociais. Essa aposta busca facilitar o acesso do público aos cursos de EJA, que não precisam acontecer em escolas, mas em muitos espaços da comunidade.

Ao mesmo tempo, muitos autores da área alertam para o fato de não existir uma carreira, tampouco formação específica para os educadores de EJA. Embora no campo da pesquisa venham sido realizados muitos projetos, nas universidades, a discussão da formação do educador de EJA segue incipiente, e ainda não há luz no fim do túnel.



PNLD TERÁ NOVA EDIÇÃO VOLTADA À EJA

Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)
lança novo edital para EJA, medida aguardada há 10 anos
pelos educadores, e oxigena o currículo da modalidade

O Brasil possui um dos maiores programas de distribuição de livros e recursos didáticos do mundo – o PNLD, que chegou a mais de 30 milhões de crianças e jovens em 2023. Os livros didáticos são considerados essenciais para a implantação de políticas públicas – foi assim com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com o Novo Ensino Médio.

Contudo, a EJA não era contemplada com novas coleções há 10 anos – e por isso os educadores desta modalidade comemoraram o lançamento de um novo edital, nos últimos dias de 2023. Os livros estão em processo de avaliação oficial para chegarem às salas de aula a partir de 2026.

O edital se refere a obras didáticas destinadas aos estudantes e professores do 1º Segmento de EJA (referente ao Ensino Fundamental I) e do 2º Segmento (referente aos Anos Finais do Ensino Fundamental).

O novo edital traz conteúdos e propostas que se alinham às diretrizes para se atualizar o currículo de EJA – um dos maiores problemas dessa modalidade. Um dos equívocos comuns aos currículos tradicionais de EJA é entendê-los como uma versão resumida e simplificada dos programas de Ensino Fundamental e Médio das escolas regulares.

Parece óbvio dizer que adultos não são crianças e que seus interesses e necessidades não cabem em um livro das disciplinas comuns ao currículo

da educação básica – mas é assim que, historicamente, o currículo de EJA vem sendo tratado. Para agravar esse quadro, a Base Nacional Curricular Comum – um dos grandes avanços recentes da educação brasileira – simplesmente deixou de fora a EJA.

Para rever o currículo da EJA, é preciso antes de tudo repensar a função dessa modalidade, que vai muito além de resgatar a escolarização. A Educação de Adultos traz uma perspectiva mais ampla de exercício de cidadania e garantia de direitos, com aprendizagens significativas para o público, em sua grande heterogeneidade.

Assim, embora tenha ainda sofrido críticas de movimentos do setor, como não incluir obras literárias, o edital traz propostas consideradas importantes, como uma abordagem mais transversal e integradora dos conhecimentos, discussões sobre o novo mundo do trabalho, a unificação do material de alfabetização em português e matemática, a qualidade da convivência e um olhar para a cultura digital.

Nesse contexto, é fundamental valorizar e incorporar o repertório do aluno, com o cuidado de promover a convivência e construir as relações intergeracionais. Ao mesmo tempo, não se pode deixar de fora uma formação mais abrangente, que envolva também ciências humanas, artes e outros componentes curriculares, sempre de forma integrada.

Por fim, o eixo da sustentabilidade e de uma perspectiva de cidadania global – presente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – também mostra dimensões essenciais da educação de um adulto no século XXI.

O princípio que se pode adotar hoje é o da Educação ao longo da vida, trazida pela UNESCO na V Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinteia), em 1997, em Hamburgo (Alemanha). A partir desse momento, consolidou-se uma perspectiva que vinha sendo gestada – a educação não é uma corrida de obstáculos por diferentes etapas de aprendizagem, da educação infantil ao ensino superior, mas um processo que ocorre ao longo da vida, no âmbito formal ou informal, de forma contínua e que nos acompanhará ao longo de todo o ciclo vital.

Daí a importância de desenvolver competências, como aprender a aprender, de pensar criticamente, de construir autonomia como processos fundamentais da educação – para muito além dos itens curriculares tradicionais.

Da mesma forma, o direito à educação não se esgota na recuperação da certificação de escolaridade, mas se estende por todos os âmbitos educativos, como trabalho, ambiente, saúde e cidadania.

EDUCAÇÃO DIGITAL GANHA ESPAÇO NA EJA

O entendimento do que é cidadania é dinâmico. No século XXI, a cidadania implica novos conhecimentos, competências bem como direitos e possibilidades de atuação social em um ambiente marcado pelo intenso uso da tecnologia.

Basta, por exemplo, pensar que nossos documentos essenciais possuem uma versão digital e que a declaração de imposto de renda é feita através de uma plataforma denominada e.gov. Ou lembrar da importância que o Pix teve para a economia cotidiana. Por outro lado, nos riscos à privacidade, nos perigos das fraudes e na desinformação acelerada nas redes sociais.

Por isso, o tema também não pode passar ao largo da Educação de Jovens e Adultos – cujos livros passarão a incorporar temas como a chamada educação midiática, ou seja, um conjunto de competências e habilidades que permitem às pessoas acessar, interagir, compartilhar e produzir conteúdos digitais, exercitando o senso crítico, a liberdade de expressão, a empatia e a cidadania digital de forma ética, sustentável e democrática.

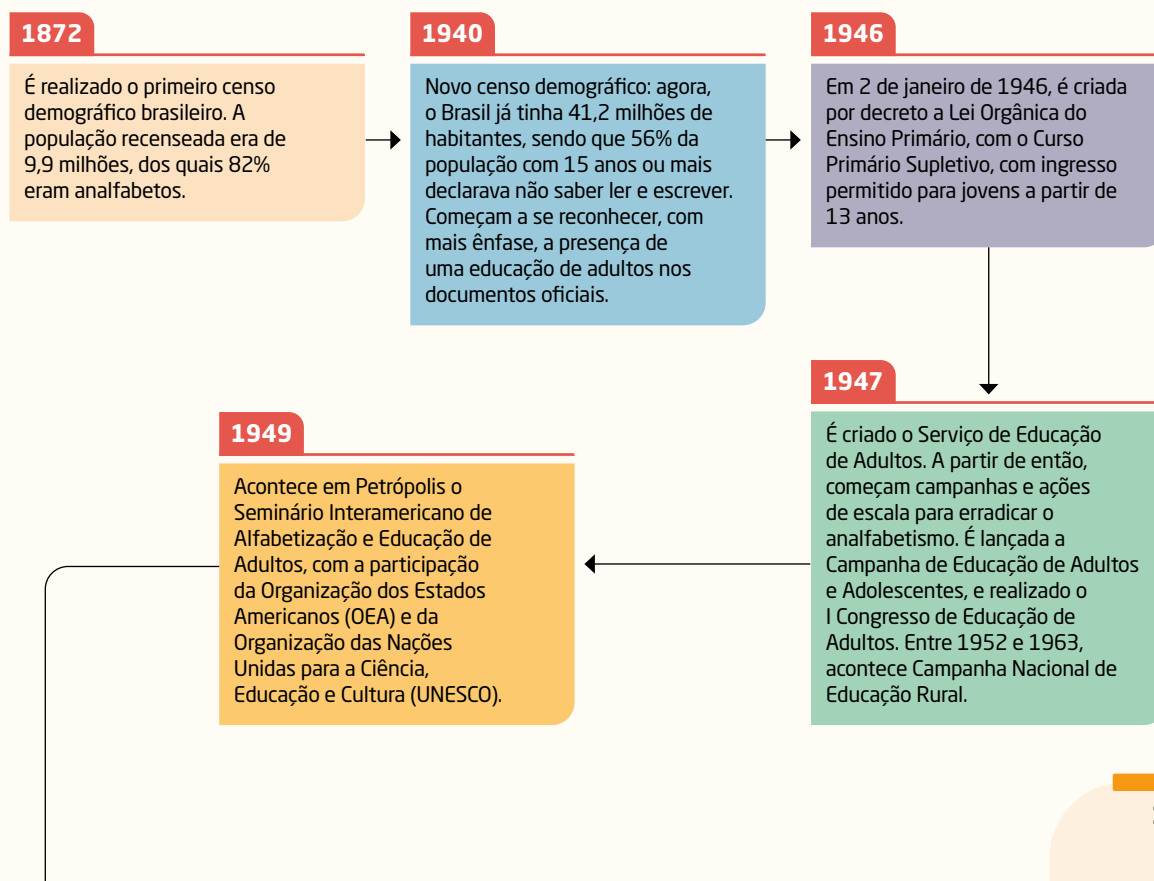


INFOGRÁFICO

UMA BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil é marcada por ações pontuais e emergenciais, que passam ao largo da compreensão dos problemas e da construção de políticas de longo prazo. Antes, são campanhas que se sucedem, sem resultados efetivos.

Da mesma forma, ao longo do tempo, a visão de uma educação de jovens e adultos supletiva, que descontextualizava o contexto social e política de produção do analfabetismo, tratando o analfabetismo como um mal a ser erradicado, foi sendo superada pelo ideal de uma EJA emancipatória, configurada como direito da pessoa.



1958

Considerado um marco, acontece o II Congresso Nacional de Alfabetização de Adultos, no Rio de Janeiro. Polêmico, trouxe temas como a conscientização do educando traz nova amplitude ao conceito de educação de adultos. Com a participação de Paulo Freire, estimula o surgimento de muitas iniciativas que se desenvolveram no princípio da década seguinte, como os Centros Populares de Cultura.

1959

O governo de Juscelino Kubitschek lança a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. Tinha um caráter mais descentralizado, incorporava a ideia de alfabetização funcional e reconhecia o impacto econômico e social do analfabetismo.

1962

Já na vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61), no governo de João Goulart, tem início a Mobilização Nacional contra o Analfabetismo.

1963

Paulo Freire, já conhecido por sua posição no Congresso de 1958 e pela experiência de alfabetização de 300 camponeses em Angicos (RN), é nomeado presente da Comissão de Cultura Popular, criada pela Portaria Ministerial nº 182, de 28 de junho de 1963.

1964

Em janeiro, é instituído o Programa Nacional de Alfabetização, que adotava o então chamado Sistema Paulo Freire. Mas tudo é interrompido pelo Golpe Militar de 1964 - que extinguiu a Comissão de Cultura Popular duas semanas após tomar o poder.

1970

Começa a funcionar o Mobral. Criado em 1967, essa política começou a funcionar em 1970, que era uma das bandeiras do regime militar - mas com poucos resultados.

1971

É criado o Supletivo, uma espécie de subsistema paralelo ao sistema regular, com a ideia de escolarização compensatória e qualificação para o trabalho, entre outros.

1985

Com o fim da ditadura, o Mobral é substituído pela Fundação Educare. A fundação foi extinta em 1990.

1988

A Constituição Federal de 1988 reconhece a EJA como direito e adota o princípio de uma educação que vista o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.



EJA PROFISSIONALIZANTE VEM CRESCENDO NO PAÍS

Embora a oferta de EJA venha sofrendo um declínio expressivo, há um aumento na participação da modalidade integrada à Educação profissional – passando de 106 mil para 121 mil matrículas.

Em alguns estados, especialmente no Nordeste, esse crescimento é mais expressivo. O Plano Nacional de Educação, cuja vigência termina em 2024, estabeleceu como meta a oferta de, no mínimo, 25% das matrículas de EJA na forma integrada à educação profissional – contudo, chegou-se a apenas 3,5%.

Essa aparente contradição revela uma das discussões importantes que existem hoje na oferta de EJA – o caminho da profissionalização ou da formação geral básica. Na verdade, a resposta está dada pela natureza complexa do público de EJA – devem ser oferecidas ambas as possibilidades. Contudo, essa modalidade também é

afetada pelos mesmos desafios que impedem o avanço da EJA como um todo.

As razões para o fracasso podem ser encontradas na distância entre o que é oferecido e a realidade dos alunos. Os jovens e adultos que chegam aos cursos de EJA trazem grandes dificuldades de aprendizagem ligados à fluência leitora e ao domínio de habilidades básicas de matemática. Sem esses conhecimentos, tampouco conseguem avançar no modelo profissionalizante – e a evasão é um caminho frequente.

Por isso, dizem os pesquisadores da área, não se trata de eleger um ou outro modelo, mas de aproximar de fato a EJA da realidade de seus alunos, buscando apoiá-los em suas reais necessidades e dar suporte aos seus objetivos de vida – tão diversos entre si como os próprios públicos. ■

“A EJA É UM LUGAR DE EXCLUÍDOS E DE EXCLUSÃO, E PRECISA RECUPERAR O SENTIDO EMANCIPATÓRIO DA EDUCAÇÃO”



O diretor de políticas públicas da Fundação Santillana no Brasil, André Lázaro, tem em sua trajetória a participação de um momento marcante na história recente da Educação brasileira – a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi). Foi a primeira iniciativa do Ministério da Educação para enfrentar institucionalmente o desafio da desigualdade.

É a partir dessa experiência que André Lázaro discute os desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil – defendendo uma oferta que dê conta da diversidade de públicos da EJA, enfrente a exclusão e abra perspectivas emancipatórias de vida.

Você participou de um momento importante da Educação, que foi a criação da Secadi – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão, em 2004. Ela deu início a um conjunto de políticas públicas voltadas para um Brasil diverso, tanto étnico-racial, no campo da educação indígena, rural, quilombola. Qual foi o aprendizado dessa experiência?

André Lázaro – Foi um aprendizado muito importante, que começou já em uma experiência que sempre gostei de contar. Quando a Secadi foi criada, em 2004, vinha com o nome de Secretaria da Educação Inclusiva. Bem, fomos apresentar a Secretaria, que ainda estava em formação, para um grupo de 20 a 30 professores indígenas que se reuniram no MEC. Fizemos toda a exposição, falando sobre a ideia de inclusão de todos nos direitos educacionais. Quando acabamos, houve aquele silêncio.

Um dos professores indígenas pediu a palavra e disse: olha, se o nome da secretaria é inclusão, nós não queremos entrar. Nós temos direitos próprios, nós não queremos perder nossos direitos para sermos incluídos em uma coisa que não nos diz respeito. Foi um baque muito importante para nós, porque as lideranças indígenas conseguiram nos dizer, com essas poucas palavras, que o projeto de inclusão também pode ser um projeto de descaracterização. Portanto, os direitos educacionais deveriam respeitar as diferenciações socioculturais que existem no país.

Ou seja, o tema é mais complexo do que parece, e precisamos aprofundar o conceito de diversidade?

André Lázaro - Certamente. Para me preparar para uma conferência, recentemente estudei um pouco sobre a história do conceito de diversidade na educação brasileira, que é diferente ao longo dos momentos históricos. No Manifesto dos Pioneiros, em 1932, por exemplo, o termo diversidade dizia respeito principalmente à diversidade regional. Quando eu falo de diversidade regional, eu digo todas as regiões são iguais, partes de um mesmo país. No entanto, entre si, não são iguais, são diversas. Ou seja, não é um conceito único. E podemos pensar que a palavra diversidade tem uma dimensão de igualdade e outra da desigualdade. Nós somos iguais, em um certo sentido, mas queremos valorizar as diversidades, que se unem diante de algo que somos radicalmente diferentes, que é a hegemonia da branquitude. A diversidade se opõe a esta concepção de mundo europeia, branca, masculina.

O público que precisa ser atendido pela EJA também deve ser compreendido dentro dessa mesma reflexão?

André Lázaro - Sim. Os diversos são os oprimidos, são os excluídos, são aqueles que não têm seus direitos garantidos. Então, a primeira questão que a EJA traz é que ela é um lugar de exclusão. Isso significa que aquilo que os une é uma rejeição do que a sociedade lhes impõe. A EJA tenta agregar pessoas que foram excluídas em diversos momentos da trajetória escolar e educacional. Então, o mesmo preconceito social, a mesma hierarquia excludente que afeta esses grupos sociais, por motivos diversos, torna o exercício do direito de educação dos públicos de baixa escolaridade extremamente difícil.

Por que é tão difícil construir políticas para EJA?

André Lázaro - Porque você está trabalhando na contracorrente de uma visão social que é hierarquizante, classificatória, e que opera pelo processo de exclusão. Então, nós partimos de um princípio já desfavorável, que é buscar garantir direitos àqueles a quem suprimiram direitos em nome, no certo sentido, de uma visão de sociedade que supõe que pode excluir a maioria. A educação, um campo de atividade humana maravilhoso que faz chegar às novas gerações um acervo intelectual, cultural, da humanidade como um todo, também é um processo seletivo, classificatório, violento e brutal. Quando se pegam os dados terríveis da alfabetização de adultos no Brasil hoje, o que vemos são as cicatrizes abertas de um processo histórico de exclusão. Por exemplo, a exclusão das mulheres - há algum tempo, a proporção de mulheres analfabetas era muito maior, uma cicatriz do machismo.

A escola tem também responsabilidade nesse processo?

André Lázaro - Claro que tem. Há um traço comum nesses vários processos históricos que geram exclusão. Boa parte dessas pessoas passou pela escola, que não as acolheu. A escola as convenceu de que não sabem, de que não aprenderam, de que não se esforçaram o bastante, que não são inteligentes. Essa transferência de responsabilidade da escola para o estudante quanto ao seu aprendizado é um golpe mortal na autoestima dessas pessoas. Além da exclusão escolar, está gerada também uma depreciação subjetiva.



Então, a questão da desescolarização de jovens e adultos tem impactos que vão muito além desse registro mais elementar que costumamos fazer, perguntando se uma pessoa sabe ler um bilhete simples.

Trata-se de uma destituição da autoridade, da autoestima, do reconhecimento.

Com isso, André, você diz que os não escolarizados trazem saberes desprezados pela sociedade e pela escola.

André Lázaro - O Brasil tem uma cultura bacharelesca, que despreza os saberes da oralidade e só valoriza os saberes escritos. Pense na escola que nós fizemos: o saber oral pouco valia, só o escrito.

Mesmo a prova oral é só uma repetição do escrito. Não há um exercício da oralidade, do debate, da argumentação, do processo dialético de defender uma ideia com bons argumentos. Por isso, uma sociedade que manteve grande parte da sua população analfabeta despreza aquilo que essa população tem de mais potente - o seu discurso oral. Esses elementos servem para nos mostrar que a questão da educação de jovens e adultos ganha sentidos sociais, políticos, simbólicos, muito além da decodificação de um bilhete.

Você toca no tema da alfabetização e da escola. A Educação de Jovens e Adultos não deve também se afastar desse modelo de escolarização?

André Lázaro - Precisamos, sim, separar o que é a escolarização e a educação de jovens e adultos.

“Para engajar a população na escolarização, ela tem que ter esperança de que esse esforço valerá a pena.”

André Lázaro

A gente dá muita atenção à escolarização e, com isso, ficamos presos a elementos formais muito constrangedores, horários de entrada, recorte disciplinar, exigência de frequência regular, vários elementos que tornam essa experiência cultural muito medíocre e redutora. As turmas são noturnas, com horários fixos de ingresso e saída. E há um detalhe para o qual se presta pouca atenção. Quando um município oferta EJA, onde é feita essa oferta? Geralmente, em suas escolas. Mas os municípios têm redes principalmente de Educação Infantil e Ensino Fundamental nos anos iniciais. Portanto, o mobiliário, a infraestrutura, também é planejada para crianças. O adulto pode nem caber direito na carteira, como acontecia em uma escola na qual dei aula no começo da minha carreira, em Paquetá/RJ.

Ou seja, as condições de oferta da EJA são sempre precárias.

André Lázaro - Extremamente: quando você começa a ver as condições como horário, infraestrutura, acesso à internet, acesso à biblioteca, em muitos casos, acesso ao banheiro, acesso à cozinha, as turmas de EJA recebem condições de oferta muito precárias. Então, você tem um grupo socialmente desprestigiado, e oferece condições ao mesmo tempo rígidas e precárias, e um conteúdo escolar que dialoga pouco com suas expectativas.

A pouca prioridade das políticas, a precariedade que envolve a EJA tem raízes também na discriminação social?

André Lázaro - A questão da EJA tem alguns agravantes. O primeiro é que a população é pobre. O analfabeto faz parte da população pobre. Além disso, é uma população periférica, majoritariamente negra. Somam-se aí muitos elementos de uma sociedade que classifica e hierarquiza essas pessoas, que têm menos direitos. Acho mesmo que há um desprezo cultural pelas pessoas de baixa escolaridade, como se elas não fossem importantes ou não tivessem nada a dizer. A gente vive um momento muito difícil porque, para engajar a população na escolarização, ela tem que ter esperança de que esse esforço valerá a pena. Acordar de madrugada, trabalhar pesado o dia inteiro, para depois ir para uma escola e ficar até tarde da noite, cinco dias por semana,

isso não é brincado. E mais, por que a EJA só é oferecida à noite? Tem tanto garçom, porteiro precisando de escolarização? Não pode ter turma de manhã ou à tarde? Não há essa preocupação.

O núcleo desse problema é político-social. Se esse grupo tivesse seus direitos reconhecidos de fato, veríamos políticas diferentes.

Não é à toa que a evasão é alta.

André Lázaro - Não se pensa que ele não tem razão por não ter interesse. Se a escola é tão pouco adequada às suas expectativas e interesses, porque não se reprovar a escola, e não o aluno? Eu fazia uma pergunta quando estava no MEC: quem começou a fazer uma língua estrangeira e parou na metade. Era importante para nós, em nossas funções gerenciais. A gente não consegue... e agora imagina quem faz um trabalho braçal, vai para uma EJA à noite. O que vai se oferecer para ele? Nós, os escolarizados, não achamos que a escolarização é a salvação da vida, pois não é mesmo. Por que isso é cruel: diz para as pessoas que a escolarização vai resolver a vida dele e entrega essa opção medíocre. Esse descaso não é apenas do poder político, mas das universidades, que tem um discurso emancipatório bonito, mas não pensam em alunos de EJA. Não há especialização, não há formação adequada. Não tem investimento, não tem infraestrutura, não tem professor, não tem compreensão do direito, se formou um ciclo.

Quando você diz que a dimensão da escolarização superou a de Educação, na EJA, o que quer dizer?

André Lázaro - Quando se lê Paulo Freire, fala-se de educação como estratégia de transformação social. A educação entra no mundo ocidental, na esteira do Iluminismo, como projeto emancipatório, não para conformar. Tem dimensão utópica inseparável. Mas foi sendo capturada por uma visão adaptativa ao mundo injusto. Estamos no mau caminho de uma educação que se fecha em si mesma e quer gerar ilusão de que vai ser a salvação do mundo. Mas, para o jovem, que sentido ela tem? Recuperar o sentido emancipatório da educação é fundamental para a EJA. ■

“Recuperar o sentido emancipatório da educação é fundamental para a EJA.”

André Lázaro





/editoramoderna



/editoramoderna



/edmoderna